

– Críticas & alternativas –

Raízes do Federalismo Revolucionário e da organização operária anarquista na Espanha

Alexandre Samis*

Docente do Departamento de História do Colégio Pedro II – Rio de Janeiro
Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense
asamis@uol.com.br

O federalismo no século XIX

Na Espanha oitocentista, o federalismo republicano e o liberalismo democrático surgem como reação ao inconsistente liberalismo doutrinário, incapaz este de criar canais eficientes para efetivar demandas sociais de inegável urgência. Pela parte dos republicanos federalistas, mesmo eles pregavam um federalismo inconcluso, um tanto vago, no qual a divisão territorial de Estado, ainda que as suas ações e seus métodos decisórios obedecessem à lógica federalista, apresentava-se difusa. Concorrendo com estas concepções, encontramos, no período, o nacionalismo, o absolutismo monárquico e o tradicionalismo religioso, elementos de grande complexidade que, por força de permanências mais conservadoras, evidenciam-se como pontos de permanente tensão no contato com o projeto federalista espanhol.

No caso específico do nacionalismo, vale ressaltar que este não se caracteriza como simples expressão da matriz conservadora verificável no ambiente político-coetâneo. Para muito além disso, viceja no país uma faceta nacionalista que se inspira no jacobinismo francês, nas jornadas revolucionárias de 1820, 1830 e 1848, e que reaparece no processo de unificação italiana de 1861. Com efeito, é possível perceber ainda a existência de um nacionalismo do tipo liberal. Um liberalismo acompanhado da ideia de nação, ainda que sem o desenho político das instituições e mesmo da estrutura orgânica administrativa. Um que terminaria por adotar o federalismo, menos por convicção ou nexos político, e muito mais para preencher uma lacuna evidente.

Sobre as condições históricas concretas, vale recordar que o movimento liderado pelo general Prim (1868), que, na prática, coloca um ponto final na Monarquia Bourbon, de Isabel II, é também responsável pela derrubada do “Antigo Regime” na

* Autor dos livros Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil, São Paulo/Rio de Janeiro: Imaginário/Achiamé, 2002; Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos. Lisboa: Letra Livre, 2009 e Negras Tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris. São Paulo: Hedra, 2011.

Espanha e a consequente instituição da Monarquia Parlamentar. Após longa e complexa negociação, por força do ocorrido, foi eleito para governar a Espanha, o duque de Aosta, conhecido desde então como Amadeo de Saboya, em 31 de outubro de 1870. O assassinato do general Prim, pouco tempo após a chegada do novo rei à Espanha, oportuniza enorme instabilidade política. A inabilidade de Amadeo de Saboya, e mesmo a sua pouca familiaridade com a política espanhola, terminaria por provocar a sua abdicação.

Em observância dos fatos, o Congresso dos deputados, eleito no contexto de uma Monarquia, proclama a República em fevereiro de 1873. Uma República pouco estável, que chega a ter quatro presidentes, em sua curta existência de menos de um ano. É a primeira tentativa de organização federativa. O malgrado intento fará, posteriormente, com que o Congresso enverede pela experiência de uma República Unitária, com resultados ainda piores. Diante dos continuados fracassos, a Primeira República espanhola cairá em janeiro de 1874, após o golpe de Estado do general Pavia. Mais tarde, o general Martínez Campos, inspirado por Canovas Del Castillo, encarregar-se-á de proclamar rei Alfonso de Bourbon, com o título de Alfonso XII.

A despeito da sua fugacidade, o interlúdio republicano precisou, para a sua efetivação, de um processo anterior denso, caracterizado por motins, escaramuças políticas e disseminação da ideia através, principalmente, de periódicos, quase todos patrocinados por grupos políticos contrários à Monarquia. O republicanismo espanhol aparece em associação, não apenas com o liberalismo, mas com vertentes do socialismo de diversos matizes e *Revista Território Autônomo* | n° 3 | Primavera de 2016

tendências. Entre os anos de 1830 e 1840, principalmente a partir de Barcelona e Cádiz, surgem grupos cabetianos (Monturiol), fourieristas (Joaquin Abreu y Orta) e proudhonianos (Ramón de la Sagra). Estes, obedecendo a um tipo específico de sincretismo político, não raro, misturavam suas concepções mediadas pelas leituras das obras de Lammenais, Saint-Simon, Louis Blanc e pela pregação de Mazzini.

O federalismo firma-se, nesse tempo, em estreita relação com os grupos republicano-socialistas, as sociedades secretas, de inspiração carbonária, e grêmios entusiastas da proposta. Entre os muitos animadores destas iniciativas pioneiras, destaca-se a figura de Fernando Garrido y Tortosa, oriundo de Cartagena, depois radicado em Cádiz e mais tarde em Madrid. Em 1848, em companhia da F. C. Beltrán, Garrido publica o periódico *La Organización del Trabajo*, no qual aparecem, sem grandes distinções, os textos de Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc e Proudhon. Nessa mesma época, toma parte ativa no levante de 26 de março, em Madrid, o primeiro de uma carreira que vai lhe render 18 processos, 6 encarceramentos e 18 anos de exílio, em Londres, Paris e Lisboa (MOTES, 1970, p.13).

Em 1849, Garrido funda o Partido Democrata, dentro do qual vai estimular o funcionamento de uma “Escola do Trabalhador” ou “Escola do Povo”, uma autêntica fração operária que passa a se desenvolver, também no interior do partido, sob o nome de “Os Filhos do Povo” (MOTES, 1970, p.14). Ramificada nas províncias, a organização política chega a reunir 1.200 filiados, promovendo contatos fora do país com sociedades secretas cujos objetivos eram similares. O Partido

Democrata possuía armas e se mantinha preparado para a ação a qualquer momento. Por tudo isso, e por ter participado decisivamente em vários episódios insurrecionais nos anos de 1850, o partido assumiria feição de uma verdadeira federação carbonária, orientação tanto mais nítida se levada em consideração a sua opção estratégica internacional, caracterizada pelos constantes contatos com as organizações desse tipo na Itália (MOTES, 1970, p.18).

No ano de 1860, o Partido Democrata encabeça a criação da “Legião Ibérica”, organização paramilitar de republicanos espanhóis e portugueses, cujo objetivo era recrutar combatentes para livrar a Itália do “jugo dos tiranos”, contra os quais lutava Garibaldi. No lado espanhol, Garrido logra envolver algumas sociedades operárias na conformação desses batalhões revolucionários. Sabe-se ainda que tais empresas tinham sido antecedidas por uma pactuação entre Garrido e Garibaldi, fato para o qual muito havia contribuído a intensa relação de trocas entre as carbonárias destes países.

Aspecto complementar, nada negligenciável, encontra-se no fato da aproximação de Garrido com os operários de Barcelona. Um diálogo que terminaria por incliná-lo ao cooperativismo. Opção esta que marcará indelevelmente sua trajetória nas décadas seguintes. Em uma estada em Paris, no ano de 1864, na companhia dos irmãos Reclus, ele teria fundado a “Associação Geral de Gêneros e Consumo”. Uma iniciativa que se aprofunda no aspecto prático e que reforça, na mesma medida, suas relações políticas com os cooperativistas franceses. Com Elie Reclus, teria ainda percorrido a Catalunha e a Andaluzia em excursão de propaganda, após a criação do Partido

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

Republicano Federal, em 1868 (RECLUS, 2007). É desse tempo ainda o seu opúsculo, “O novo rei da Espanha”, no qual trata da República Federativa (MOTES, 1970, p.25). Como deputado eleito, em 1869, debate a legalidade da Internacional no país, assim como será um dos poucos a divergir das críticas feitas à Comuna de Paris pelas Cortes espanholas.

Ainda que paladino do federalismo, do cooperativismo e das relações com o operariado de sua época, Garrido envolve-se em uma encarniçada polêmica com os operários internacionalistas, a partir de 1870. O cerne da discordância estava na participação dos operários nas eleições, na necessidade, segundo Garrido, de influírem na política através do voto. Os internacionalistas, inspirados pela corrente coletivista-aliancista, opunham-se frontalmente à tática eleitoral, o que, inevitavelmente, teria provocado o confronto (MADRID e VENZA [orgs.], 2001). É possível afirmar que a querela, longe de evidenciar uma eventual altercação entre correntes de pensamento, configurava-se em evidência da difícil relação entre socialismo e republicanismo na Espanha. O contato entre as duas concepções, ainda que, na partilha de dimensões organizativas comuns, como por exemplo o federalismo, não se dava apenas para o proveito de ambas. Mas antes, ao demarcar a fronteira entre elas, o contato teria tornado ainda mais incompatíveis as diferenças e, sobretudo, o quanto cada uma poderia, sob diversos aspectos, limitar o avanço da outra.

A pregação de Garrido em favor da “República Democrática Federativa Universal” (1855), da união ibérica, da própria ideia de unidade europeia, de resto comum à generalidade dos

republicanos espanhóis, não deixa esconder seu idealismo mazziniano. Uma perspectiva que, somada à sua confessa formação fourierista, não simplifica o quadro geral apresentado. Tentando criar um azimute para a orientação geral das necessárias reformas sociais, ele lançaria assim as linhas gerais do seu projeto de federação: “regime democrático em todos os níveis, desarmamento geral, sufrágio universal e união aduaneira” (MOTES, 1970, p.35). Mas Garrido não era o único a propor uma saída federalista para a Espanha.

Um ano antes da publicação do texto de Garrido sobre a República Democrática Federativa, o catalão Francisco Pi y Margall havia lançado o seu livro sobre “A Reação e a Revolução”. Este, nos anos de 1850, era um entusiasta da criação de comitês políticos em diferentes partes do país. Bastante perseguido pelas autoridades, ainda quando escrevia sobre a arte e as suas viagens pela Espanha, Pi y Margall torna-se em pouco tempo um acérrimo defensor do federalismo. Nessa mesma época, se filia ao Partido Democrático, dentro do qual, ainda que pouco afeito à disciplina interna, vai ter algum destaque, chegando mesmo a compor seu Comitê Central diretivo (PI Y ARSUAGA, 1981, p.11). Em 1854 já é possível perceber o seu afastamento do partido e a mais clara adesão ao republicanismo, no contexto da revolução de julho daquele mesmo ano.

Segundo Joaquim Pi y Arsuaga, no que tange à concepção de Pi y Margall nesse tempo:

Condena a centralização Monárquica, o unitarismo. Da soberania individual deduz a autonomia de todo o ser coletivo em sua vida íntima, e adora a República por forma de governo e a federação por sistema. Não professa religião alguma positiva; é panteísta. Queria pertencer já às fileiras do socialismo,

do anarquismo; ainda que a este mais se inclina, não é uma coisa nem outra; procura harmonizar o individualismo e o comunismo, considerando que nem de um, nem de outro é possível prescindir; atribui ao Estado a missão de salvaguardar a liberdade de todos, e não pode menos que conferir a ele a tarefa de impedir todo o vestígio de servidão, a exploração dos humildes pelos poderosos, ao admitir exceção alguma no desfrute dos imprescindíveis direitos do homem e do cidadão (PI Y ARSUAGA, 1981, p.13).

Vale dizer ainda que, a despeito de suas muitas afinidades com a perspectiva federalista de Pierre-Joseph Proudhon, Pi y Margall havia escrito sobre o mesmo assunto, anos antes do filósofo francês (PI Y ARSUAGA, 1981, p.13).

Durante seu exílio em Paris, após a tentativa malfadada de levante, em junho de 1866, aprofunda seus conhecimentos filosóficos e inicia a tradução de alguns textos centrais de Proudhon. Em 1868, com o fim do reinado de Isabel II, elege-se deputado às Cortes, por Barcelona. Nessa condição, vai bater-se contra os perigos do unitarismo monárquico. Destaca-se empunhando a mesma bandeira no período do reinado de Amadeo de Saboya, entre 1871 e 1873. Como ministro de Governo e depois presidente, no contexto da Primeira República, não fez outra coisa senão laborar pelo federalismo. Durante sua gestão, patrocina algumas reformas importantes que incidem sobre a divisão das terras, separação entre Igreja e Estado, estabelecimento do Ensino obrigatório e gratuito, regulamentação das jornadas de trabalho de adultos e crianças, estímulo à associação operária e abolição da escravidão.

Em 1877, Pi y Margall publica o livro “As Nacionalidades”, no qual esmiúça escrupulosamente um plano para o estabelecimento de federações,

dentro e fora da Espanha. Bastante alicerçado na obra mestra de Proudhon, “Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstruir o Partido da Revolução”¹, de 1863, o esforço intelectual do catalão é eloquente também por uma inquietante ausência, uma que ele admite nas considerações finais de sua longa exposição:

Nada foi dito das questões sociais, ainda que para mim de tanta importância. Não quis falar sequer das diversas confederações econômicas que cabia estabelecer dentro da política. Eu as omiti recordando o quão fácil e espontaneamente brotam do solo da Espanha. Em 1854, e ainda antes, quando a federação distava de ser bandeira de um partido, já se uniam federativamente os jornalheiros da Catalunha e federativamente queriam unir-se com os demais da Espanha. Unidos federativamente estiveram depois com os da Europa. Mais tarde as classes mais altas ganharam também a ideia de federação, e temos hoje a liga dos proprietários e a dos contribuintes (PI y MARGALL, 1981, p.299).

Reconhecendo que a primazia da iniciativa federativa coube à classe operária, e que esta, pela Internacional, foi a primeira a se federar para além das fronteiras de um único país, Pi y Margall, acredita em uma disseminação do federalismo a bem da “harmonia entre as classes”, assim como entre os países.

A Internacional na Espanha

Ainda que compreendida a partir de diferentes concepções, a ideia de federalismo, como já referida, possibilita a criação de uma zona comum

¹ Vale dizer aqui que, em 1872, saía a a versão para o castelhano do livro, “Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstruir o Partido da Revolução”, traduzido por Pi y Margall.

propícia ao encontro de pretensões e projetos revolucionários que, em um primeiro momento, pareciam complementares. Isso pode explicar o fato de Garrido, muito por conta de suas conexões carbonárias na Itália, ter estabelecido contato com Mikhail Bakunin, entre 1862 e 1864, e mesmo integrado a rede da “fraternidade internacional”, urdida pelo revolucionário russo (MOTES, 1970, p.24). Na mesma medida, e por razões análogas, a iniciativa de Garrido ao criar a Legião Ibérica, com o fito de auxiliar Garibaldi na Itália, deve ter servido de credencial para que ele merecesse a estima de Bakunin, sobretudo, por afinidade carbonária (PAZ, 1992, p.3).

Na mesma época, Anselmo Lorenzo Asperilla, ainda muito jovem, não escapa ao fascínio do projeto federalista de Pi y Margall. Foi pela via do federalismo democrático que teria chegado ao anarquismo (MONTSENY, 1970, p.7). Animado pelo projeto de uma Espanha gerida pelas muitas autonomias, Lorenzo aprofunda as suas leituras e, segundo ele mesmo, encontra no coletivismo o complemento social e econômico que faltava ao federalismo político. Mais que apoiado nas leituras, ele se soma ao esforço de intensificar uma tendência presente dentro das primeiras associações de classe. Aquela reconhecida por Pi y Margall, segundo a qual o federalismo já se encontrava em estágio avançado no ambiente operário. Para tanto, Lorenzo se organiza com outros 20 operários² e forma, em janeiro de 1869, a

² Foi escolhido presidente da sessão de fundação o alfaiate e escritor, Angel Cenagorta Mazón e os demais eram: Manuel Cano Martínez (pintor), Francisco Mora Méndez (sapateiro), Marcelino López Fernández (sapateiro), Antonio Cerrudo Calles (dourador), Enrique Borrel Mateo (alfaiate), Anselmo Lorenzo Asperilla (tipógrafo), José Posyol Urbicain (tipógrafo), Julio Rubau

Associação Internacional dos Operários da Espanha, a primeira seção da Associação Internacional dos Trabalhadores, criada em Londres, quase cinco anos antes. Sintomaticamente a fundação acontece no Círculo republicano Antón Matín, em Madri.

Para tal evento, muito havia contribuído também a passagem do italiano Giuseppe Fanelli, emissário da Aliança da Democracia Socialista e membro da “fraternidade revolucionária”, na qual se encontrava Bakunin. Os primeiros contatos com os operários espanhóis tinham acontecido por intermédio de Élie Reclus, muito próximo dos republicanos, e como se sabe, do próprio Garrido. Fanelli apresenta a Aliança aos espanhóis, no mesmo contexto da fundação da Internacional, um fato que afeta a nascente organização operária, que inicia sua caminhada já sob essa dualidade, a da influência de dois programas, um essencialmente político e outro social. Em 1869, em janeiro, a Aliança já havia solicitado seu ingresso formal na Internacional e, para Fanelli, tal circunstância implicava a natural apresentação das duas instâncias ao operariado da Espanha. Para ele, as organizações, a Aliança, mais específica, e a Internacional, mais ampla, eram, assim, complementares. Vale registrar que, sobre tal procedimento, ele e Bakunin divergiram veementemente (PAZ, 1992, p.34).

Antes do fim de janeiro desse mesmo ano, Fanelli parte de trem para Barcelona, onde encontra

Donadeu (litógrafo), José Adsur Fernández (manipulador de cânhamo), Miguel Langará Checa (pintor), Quintín Rodríguez Fernández (pintor), Antonio Gimeno Yato (equitador), Enrique Simanecas Grisnain (gravador), Angel Mora Méndez (carpinteiro), Tomás Fernández Pacheco (tipógrafo), Benito Rodríguez Fernández (pintor), Tomás González Morago (gravador), Francisco Córdoba López (jornalista), Juan Yalbo (pintor) e Tomás González Velasco (tipógrafo) (MONTSENY, 1970, p.10).

José Rubau Donadeu, irmão do litógrafo Julio Rubau Donadeu, um dos que acabara de fundar a seção de Madri. José tinha longa história no campo republicano e já havia atuado no Partido Democrático. Graças a ele, Fanelli logra fundar a seção de Barcelona com mais 20 indivíduos. Desse feito, participam, além do anfitrião de Fanelli, José Luis Pellicer, Vilardaga, Ramón Cartaña, Rafael Farga Pellicer, entre outros. Contudo, o núcleo barcelonês apresenta configuração distinta do madrileno, uma vez que receberá adesões de muitos estudantes oriundos, quase todos das camadas médias da sociedade.

Ainda que com seções locais instituídas, a Internacional teve que esperar pelo Congresso de Barcelona, no ano seguinte, para ver criada a Federação Regional Espanhola (FRE). Durante todo o ano de 1869 e o primeiro semestre do seguinte, o trabalho de formalização das seções locais foi frenético. Um esforço que, a despeito das energias envolvidas, obteve resultados satisfatórios, muito em função das relações federalistas preexistentes nas organizações operárias em várias partes do país. Realizado no Teatro Circo Barcelonês, sob a presidência de Rafael Farga Pellicer, com cerca de cem delegados, o congresso foi aberto no dia 19 de junho de 1870 (EDICIONES CNT, 1977, p.9).

As regiões numericamente mais bem representadas foram as da Catalunha e Andaluzia, ainda que estivessem presentes delegados das áreas insulares do Levante, do centro do país e também de Madri. No discurso de abertura, Farga Pellicer não deixa dúvidas sobre o propósito do Congresso:

Companheiros delegados: Vocês, os que se congregam aqui para afirmar a grande obra da

Associação Internacional dos Trabalhadores, a que contém em si a emancipação completa do proletariado e a extirpação absoluta de todas as injustiças que têm reinado e reinam sobre a face da terra; os que veem fraternizar com os milhões de operários, escravos brancos e negros que sob seu pendão vermelho se abrigam; queridos irmãos, em nome dos trabalhadores de Barcelona, Paz e Saúde! (EDICIONES CNT, 1977, p.9).

Auxiliado pelos assessores da mesa, Tomás González Morago, de Madri, e Francisco Tomás, das Baleares, Pellicer deixa ainda mais claro, segundo entendem os organizadores, o objetivo geral da Internacional: “Queremos que cesse o império do Capital, do estado e da Igreja, para construir sobre as suas ruínas a Anarquia, a livre federação de livres associações de operários” (EDICIONES CNT, 1977, p.10). Um chamamento que não se esgotava na pauta reivindicativa e organizativa, mas que avançava para o campo da finalidade ideológica. Não deixa de ser surpreendente essa posição, de resto distinta das que aparecem nos congressos anteriores da Internacional. Mas que não pode ser qualificada de incoerente, tomando-se a experiência prática pregressa do conjunto presente ao congresso, uma vez que, no caso espanhol, as dimensões do político e do social caminharam sempre juntas. Um fato ao qual a tradição federalista não assiste passivamente.

O Congresso de Barcelona decide os caminhos das organizações presentes a partir dos seguintes temas: “Resistência”, “Cooperação”, “A Internacional e a Política” e “Organização Social dos Trabalhadores”. Nesse último ponto, aparece novamente o aspecto que garante as afinidades, um quase *perpetuum mobile* da relação entre as partes e o todo:

1º: Nas localidades os trabalhadores se organizam em seções por ofício, organizando-se ademais uma seção que compreenderá, no seu seio, todos os indivíduos dos diferentes ofícios que não tenham ainda a sua seção, a qual se chamará Seção de Ofícios Vários.

2º: Todas as seções de ofício de uma mesma localidade se federarão organizando a cooperação solidária e demais questões de ajuda, instrução, etc., de grande interesse dos trabalhadores.

3º: As seções do mesmo ofício, nas diferentes localidades, se federarão entre si para organizar a resistência solidária.

4º: As federações locais se federarão para formar a Federação Regional Espanhola, cuja representação será um Conselho Federal eleito em congressos.

5º: Todas as seções de ofício, federações locais, federações profissionais, assim como a federação regional, serão regidas pelos regulamentos típicos respectivos, determinados pelos congressos.

6º: Que todos os trabalhadores representados em Congressos operários façam divulgar pela boca de seus delegados a vida e os progressos da organização. (EDICIONES CNT, 1977, p.12).

Por fim:

O Congresso recomenda a todas as seções da AIT que renunciem a toda ação cooperativa que tenha por objetivo efetuar a transformação social por meio das reformas políticas nacionais, e lhes convida a empregar toda a sua atividade na constituição federativa dos corpos de ofício, único meio de assegurar o êxito da revolução social (EDICIONES CNT, 1977, p.13).

Em julho de 1872, realizado na semiclandestinidad, por força da perseguição governamental, o Congresso de Zaragoza aprofunda os temas anteriores, dentre os quais o federalismo, e aborda outros como a “propriedade” e o “ensino integral”. Estavam entre os presentes: Lorenzo,

Morago, Mora, José Prats e o genro de Karl Marx, Paul Lafargue. Este último teria contribuído de forma significativa para o debate sobre propriedade coletiva.

Nesse mesmo ano, em 25 de dezembro, tem lugar em Córdoba, outro congresso, no qual são planejadas ações de solidariedade em caso de greve e a criação de um periódico. Permanece a pregação pelo federalismo organizativo e o estímulo ao “ensino integral” para os filhos dos trabalhadores. Durante esse congresso, foi votada posição, segundo a qual o Congresso de Haia, o quinto da Internacional, havia incorrido em “vício de origem marxista”, ao expulsar os federalistas revolucionários e antiautoritários, Mikhail Bakunin e James Guillaume. No mesmo tema, é aprovado o funcionamento da Aliança da Democracia Socialista nas organizações dos trabalhadores.

O período posterior registra brutal repressão sobre a FRE. A alternativa dos internacionalistas, diante do quadro dramático, é investir em conferências regionais, quer dizer, por comarcas, a partir de 1879. As decisões tomadas pelas seções regionais, pela lógica federativa, passam a valer automaticamente, desde que não firam os estatutos gerais da FRE. Um Conselho Federativo fica designado para fazer as devidas apreciações para evitar qualquer distorção na relação entre as seções. Cada conjunto de seções locais terá sua Comissão de Comarca. Essa relação se realiza dentro da lógica da “subsidiariedade ascendente” (BERTHIER, 2011, p. 31.), sempre de baixo para cima.

O contexto adverso obriga ainda que se faça um fundo, usando-se as cotas de contribuição, para socorro dos operários presos e também emigrados. Observando o quadro geral da repressão e a melhor *Revista Território Autônomo* | n° 3 | Primavera de 2016

maneira de lidar com tal realidade, o tema 11º delibera que: “Considerando que os atos ou protestos individuais são de escassos resultados, uma vez que a burguesia vai se acostumando a eles, recomenda-se o estudo de meios para a ação coletiva ou geral”(EDICIONES CNT, 1977, p.24). No documento assinado pela Comissão Federal, datado de 16 de outubro de 1880, aprecem diversas resoluções, entre as quais o reforço da busca da “revolução social”, bem como das represálias contra burgueses e mesmo operários, que se tornarem inimigos da FRE.

Em uma década de funcionamento, a FRE teve que atravessar diversas conjunturas adversas. Em 1871, os operários experimentaram os efeitos colaterais da repressão aos remanescentes exilados da Comuna de Paris; em 1872, foi o início da Guerra Carlista³ e, no ano seguinte, em julho, estourava o movimento federalista em Málaga, Cádiz, Sevilla e Cartagena. No ano de 1874, o general Pavía protagoniza um golpe de Estado, colocando na proscricção, já nos primeiros dias, as organizações operárias aderidas à Internacional. Impedida de funcionar publicamente, a FRE mergulha na clandestinidade. Em dezembro, dá-se a Restauração da Monarquia.

Nos últimos dois anos do decênio, a Federação quase que desaparece na sua configuração nacional. Bastante perseguida, tem muitos de seus militantes presos e eliminados

³ O irmão do rei Fernando VII, Carlos Maria Isidoro, candidato à sucessão do trono, encarna, no século XIX, as permanências absolutistas da Monarquia espanhola. Naquele momento, as Guerras Carlistas representam a constante tentativa dos setores mais conservadores de retomarem ao poder no país. O ascenso dessas forças pode ser verificado em três momentos distintos, todavia interligados: a primeira guerra carlista (1833-1839), a segunda (1846-1849) e a terceira (1872-1876).

fisicamente. Porém, ela sobrevive graças à sua configuração federativa, muito em função da descentralização.

Celebrado em setembro de 1881, o Congresso de Barcelona consegue reerguer a entidade que, já na conferência de fevereiro, no mesmo ano, passa a dar sinais de algum vigor a partir do Centro Federativo, estabelecido em Barcelona. Ao que parece, a despeito da repressão e da clandestinidade, a estrutura organizativa assentada sobre a perspectiva de se alcançar o município livre e autônomo, formado pelas seções de produtores de cada localidade, segundo a pauta da propriedade coletiva, da distribuição e livre circulação da produção, tinha conseguido garantir a integridade orgânica das seções reunidas nas comarcas. Ainda que esfacelada, a FRE teria se refeito a partir das suas componentes estruturais localizadas nas regiões. Nesse congresso, ela muda de nome e passa a ser chamada de Federação de Trabalhadores da Região Espanhola (FTRE).

O congresso de 1881, que tem como figura de destaque Rafael Farga Pellicer, registra a composição de 7 federações de comarca e 49 locais. As deliberações resultantes das reuniões definem a tomada das fábricas, terras, ferrovias, máquinas, ferramentas e mesmo riquezas do subsolo. No mais, fica ainda mais evidente a condenação da organização política, sob a forma de partidos burgueses ou operários, assim como as instituições parlamentares. Estruturas que deviam ser substituídas pela “livre federação das livres associações de produtores livres”(EDICIONES CNT, 1977, p.28). Firma-se, também aí, o coletivismo como princípio oficial, como doutrina (JUNCO, 1991, p.356).

Revista Território Autônomo | n° 3 | Primavera de 2016

No mesmo ano acontece ainda o Congresso Anarquista de Londres. Neste encontro, reagindo à onda repressiva que cobria a Europa, os anarquistas inauguram a tática da “propaganda pelo fato” (LÓPEZ,2008, p.53). Sem muitos espaços legais para a ação revolucionária, alguns libertários avançam terreno adentro do insurrecionalismo e colocam em perigo as cabeças coroadas e as autoridades governamentais do continente. É nesse contexto, mais precisamente no ano seguinte, que camponeses da Andaluzia são levados ao cadafalso, acusados de pertencerem a uma suposta associação secreta conhecida como “Mão Negra” (LÓPEZ,2008, p.57).

Em março, a FTRE convoca o Congresso de Sevilha, para o qual acorrem 212 delegados, representando 49.561 federados (EDICIONES CNT, 1977, p.28). A Andaluzia e a Catalunha reuniam juntas a maioria das seções presentes ao evento. Coube igualmente a esses delegados a iniciativa de debater o “comunismo libertário”, uma vez que eram já recorrentes críticas a algumas das antigas premissas do coletivismo. O temário insiste em temas consagrados pelo cotidiano repressivo como a questão da solidariedade aos trabalhadores presos, a necessidade de proteger a imprensa social e também a situação precária das mulheres no âmbito do trabalho. O congresso aprova ainda um extenso documento, em cujo conteúdo os operários protestam contra os processos envolvendo camponeses e operários da Andaluzia.

Sobre o coletivismo e o comunismo libertário, opina José Alvarez Junco que:

Precisamente naqueles anos em que a ortodoxia coletivista alcançava seu apogeu

começou a penetrar em nosso país o comunismo libertário, propugnado por Kropotkin e Malatesta, e ele deu lugar a uma polêmica ideológica das mais encarniçadas na história do anarquismo espanhol. (...) Kropotkin, partindo do princípio, defendido já por Bakunin, de que o complexo processo de produção moderno era uma obra coletiva e todos, portanto, teriam direito aos seus resultados, assinalou a impossibilidade de saber qual havia sido a colaboração concreta de cada pessoa ou grupo, de onde concluía a necessidade de declarar propriedade comum não apenas os meios de produção, bem como os produtos do trabalho coletivo. No lugar do princípio “cada um segundo seu trabalho”, em uma sociedade livre haveria que se proclamar “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”, para suprimir assim absolutamente a competição e a propriedade e lograr a igualdade e solidariedades perfeitas (JUNCO, 1991, p.358).

As diferenças entre coletivistas e comunistas libertários aparecerão nos congressos seguintes, nem sempre como querelas declaradas, mas como contraste de posições teóricas e de doutrina. Em julho de 1885, no Congresso de Barcelona, as posições são expostas nas plenárias, ainda que sem um acordo sobre a organização econômica da futura sociedade (JUNCO, 1991, p.360). Pode-se afirmar que a posição dos comunistas libertários, a partir daí, não mais deixará de vibrar nos congressos, comícios e publicações.

Sobre o que se vai discutir até o fim do século XIX, nos congressos de Valência (1883) e no de Madri (1891) foram reiteradas as ideias de autonomia, do pacto federativo, da propriedade coletiva, e do municipalismo livre. Ainda que com algumas cisões, os congressos preparam o caminho para importantes mudanças no século seguinte.

A CNT e o anarcossindicalismo

Muitas seções da FTRE logram ultrapassar a fronteira que separa os dois séculos, outras são criadas na mesma tradição das anteriores e registram; em seus estatutos e em suas atas de fundação, princípios idênticos aos das suas congêneres oitocentistas. Entre algumas, merece destaque a *Solidaridad Obrera*, aparecida na Catalunha, em 1907. A organização que, em 3 anos, conseguiu impressionante expansão por toda a região, publicando um periódico que levava seu próprio nome e que sobreviveu à repressão ao levante antimilitarista de 1909, por conta do qual foi fuzilado Francisco Ferrer y Guardia, foi ainda a grande responsável pela fundação da Confederação Nacional do Trabalho (CNT).

O congresso no qual foi criada a CNT, realizado no fim de outubro de 1910, reuniu 96 delegados e recebeu 43 adesões de outras tantas sociedades, ainda que sem delegações apresentadas. Já nesse primeiro momento, são discutidos assuntos das mais diversas naturezas. No Palácio das Belas Artes, em Barcelona, as plenárias deliberam sobre o ensino, a necessidade de um periódico, o trabalho de menores de 14 anos, o trabalho feminino, o preço dos aluguéis, o sindicalismo como meio ou fim, a greve geral, a jornada de 8 horas, o assédio policial aos sindicatos e o federalismo. Além de se posicionar pela utilização do método da ação direta, o congresso tipifica as diversas formas sob as quais este se apresenta, a saber: a sabotagem, o boicote, a resistência a cobranças abusivas, as greves de inquilinos, etc. Fica clara ainda a adoção do sindicalismo revolucionário, nos moldes, guardadas

as especificidades históricas e espaciais, da *Confédération Générale e du Travail* (CGT) francesa.

No ano seguinte, em setembro, no mesmo local, um novo congresso confirma o nome da nova central sindical. Na verdade é a sequência do anterior, no qual pontos serão mais claramente definidos e alguns outros abordados. A novidade ficava por conta da possível unificação com União Geral dos Trabalhadores (UGT- central socialista) e o rechaço ao sindicalismo de base múltipla. Sobre o ponto de unificação, esta não aconteceu, ainda que nos anos que se seguiram Ángel Lacort, Ángel Pestaña e Salvador Seguí pela CNT e Largo Caballero, Besteiro Fernández e Vicente Barrio Minguito pela UGT tenham firmado alguns acordos táticos pontuais, como no caso da greve geral de 1917.

Em 1918, um ciclo de greves, principalmente na Catalunha; faz com que a CNT ganhe enorme prestígio nacional. Nesse contexto, os trabalhadores conseguem a implementação da jornada de 8 horas, bandeira histórica do sindicalismo internacionalista. Ainda que vitoriosa, a CNT terá que enfrentar, no período, bandos de pistoleiros que, a soldo dos industriais, perseguem e executam friamente operários confederais. Por conta de tal fato, organizam-se grupos armados anarquistas de autodefesa. Tais grupos surgem pela afinidade de propósitos, qual seja o de fazer frente ao “banditismo patronal”.

Em Madri, no teatro de *La Comedia*, 450 delegados, com mandatos imperativos de quase 800 mil filiados, reúnem-se no ano de 1919 para mais um congresso da CNT. Novamente a tese da fusão da confederação com a UGT é rechaçada. A *Revista Território Autônomo* | nº 3 | Primavera de 2016

densidade dos temas tratados no colóquio sindical é enorme. Discute-se com o mesmo fervor ideológico a abolição do salário, a implantação do comunismo e o internacionalismo. Como nos congressos anteriores, desde o século XIX, a estrutura federativa se mantém sem risco significativo para o seu prestígio. O federalismo passa incólume, mesmo pelo debate sobre a unificação de centrais, malgrado o apelo pela unidade e formação de estruturas mais centralizadas. Quando dos pontos debatidos no “primeiro agrupamento” de proposições, no seu item 9º, ao se tratar dos “Sindicatos Únicos” e de suas vantagens, ainda assim tal questão não apenas se subordina à “ampla autonomia” da base, como ainda em favor da mais clara adoção do federalismo (EDICIONES CNT, 1977, p.55).

A opção pelo federalismo se expressa e evidencia ainda na longa e escrupulosa definição das relações entre “Confederações Regionais, Federações de Comarca e Locais”, que aparece nas proposições principais e nos “temas soltos” (EDICIONES CNT, 1977, p.57). Curiosamente será no Congresso de Madri que, por “simpatia revolucionária”, a CNT acabaria por aderir provisoriamente à centralizada III Internacional, fundada em Moscou, naquele mesmo ano, pelos bolcheviques.

Ainda que nos dois anos seguintes a CNT continuasse seu trabalho sindical, tal acontece sob severa vigilância policial, com encarniçada perseguição aos operários cenetistas e anarquistas. Em 1922, acontece a Conferência de Zaragoza, mesmo na clandestinidade (BUENACASA, 1977, p.83). A despeito das tentativas de suspensão das sessões pelas autoridades, a conferência se realiza. Além da permanente campanha pela libertação dos

presos sociais, os presentes aprovam um indicativo que suspende a filiação provisória da CNT à III Internacional e, como medida complementar, decidem a vinculação da entidade ao esforço de refundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), ainda naquele mesmo ano, em Berlim⁴.

No ano de 1923, tem início a primeira fase da ditadura de Primo de Rivera (1923-1925), na qual a CNT cai novamente na clandestinidade e os partidos proscrios em favor de um partido único, a União Patriótica (1924). O governo combina pesada repressão social e política com desenvolvimento urbano, obras públicas e fomento industrial. Na clandestinidade, a CNT experimenta por sua vez algumas cisões internas, entre as quais uma que opunha sindicalistas e anarquistas “puros”. A ditadura foi combatida ainda com armas por setores cenetistas que haviam se exilado na França e criado o Comitê de Relações Anarquistas. Tal organização propunha a derrubada do Estado através de uma guerra revolucionária.

Pelo menos duas tentativas malfadadas de derrubada do poder político foram protagonizadas pelo Comitê, que contava com as energias de Francisco Ascaso, Juan García Oliver e Buenaventura Durruti. As ações do órgão político, ainda que frustradas, favorecem posteriormente a fração dos anarquistas “puros” que entendiam a

necessária relação orgânica entre a CNT e uma estrutura política especificamente anarquista. No mesmo diapasão, vibrava também o leonês Diego Abad de Santillán que, com base na experiência da FORA, na Argentina, defendia o estreitamento de relações entre as esferas política e social. Mas era preciso criar a organização específica.

No contexto das polêmicas envolvendo a “Plataforma” de Archnoff-Makhno⁵ e a “Síntese” de Volin e Faure, debates candentes desde a França, surge em julho de 1927 a Federação Anarquista Ibérica (FAI). Com lastro na experiência do século XIX e mesmo recente, os espanhóis decidem ampliar a organização, atribuir-lhe caráter mais lato, envolvendo toda a península. A nova organização devia, inclusive, acolher os numerosos exilados dos dois países que se encontravam radicados na França. Uma concepção na qual estivesse contida a dimensão internacionalista do projeto, um primeiro passo para algo mais ousado. Na sua terceira sessão, os presentes a Conferência de Valência não escondem que querem reviver a Aliança da Democracia Socialista, ao menos o que ela havia representado antes da dissolução da Federação Regional Espanhola (CASAS, 2002, p.121).

Organizado por um “Secretariado Nacional de Relações da Federação Nacional de Grupos Anarquistas”, parte do qual se constitui o “Comitê Nacional Provisório”, o evento conta ainda com a participação das “Federações Locais de Grupos”, distribuídas pelas comarcas e regiões, nas quais estão filiados dezenas de grupos de afinidade. A

⁴ Em junho de 1922 houve uma primeira conferência em Berlim na qual estiveram representações operárias da França, Alemanha, Noruega, Suécia, Holanda e alguns sindicalistas revolucionários da Rússia. O encontro delibera pela realização de um congresso em fins do mesmo ano, no mesmo lugar. Dessa forma, entre os dias 25 de dezembro e 2 de janeiro, reúne-se o Congresso Internacional Sindicalista Revolucionário, no qual fica decidido, entre outras coisas, a refundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (LEHNING, 2000, p.27). *Revista Território Autônomo* | n° 3 | Primavera de 2016

⁵ Na Conferência do Valência, que vai criar a Federação Anarquista Ibérica (FAI), o debate sobre a Plataforma acaba não acontecendo por falta da tradução, para o castelhano, do projeto dos exilados russos na França (CASAS, 2002, p.123).

Conferência de Valência acolhe também algumas entidades sindicais ligadas direta ou indiretamente à CNT. Desde Portugal, fazem-se representar a União Anarquista Portuguesa e a CGT, central sindicalista revolucionária. Os exilados na França acorrem à conferência de várias partes deste país, Paris, Toulouse, Marselha etc. Estão presentes ainda holandeses e a AIT de Berlim (CASAS, 2002, p.118).

Sob forte comoção, por conta dos processos contra Sacco e Vanzetti e pela memória de anarquistas condenados, presos e executados, a conferência abre seus trabalhos. Não resta dúvida de que a opção federativa possibilita a convivência de grupos variados, nos quais se recomenda a prática da propaganda e agitação, através de jornais, revistas, escolas, bibliotecas e ateneus. São igualmente admitidos os grupos esperantistas, vegetarianos, naturistas, desde que se afirmem anarquistas. Por outra parte, os presentes não descuidam de registrar que tal pluralidade de concepções precisa, forçosamente, buscar a unidade na ação e na propaganda (CASAS, 2002, p.120).

Segundo Juan Gómez Casas, os traços do anarcossindicalismo⁶ aparecem bastante bem delineados na terceira sessão quando:

Se entende que não é possível a unidade de classe. Que o sindicalismo, dividindo-se, fracassou e que por isso há que se buscar a unidade anarquista. Que a organização operária não é apenas para promover as melhorias para a classe que deve lutar a emancipação, e já que esta é possível na Anarquia, deve fazer-se também meio do anarquismo. Que a organização operária deve voltar ao anarquismo, tal como esteve antes da dissolução da Federação Regional Espanhola e criar-se à margem da organização anarquista por grupos, procedendo a juntarem-se ambas pelo movimento ácrata (CASAS, 2002, p.120).

⁶ Entendemos que o “anarcossindicalismo” é uma experiência histórica com especificidades importantes e, portanto, com certa autonomia em relação ao conjunto de fenômenos, na Europa e fora dela, inspirados no “sindicalismo revolucionário”. Com efeito, o anarcossindicalismo não prescinde de uma organização política especificamente anarquista para levar a cabo suas táticas e estratégias e, por força desse fato, adota a posição “finalista”, aquela que postula para o sindicato a condição de meio através do qual se estabelecerá a sociedade anárquica. O caso espanhol pode ser entendido pela sua construção histórica, no que diz respeito ao campo sindical de resistência. Pela aproximação, desde os primeiros tempos, entre a Aliança da Democracia Socialista e a Federação Regional Espanhola. Não por acaso, pouco antes da fundação da FAI, Diego Abad de Santillán já defendia uma federação nos moldes da Federação Operária Regional Argentina (FORA), que em um período de sua trajetória foi claramente “finalista”. No seu sentido mais amplo, o sindicalismo revolucionário, confessadamente adotado a partir de sua matriz teórica francesa, foi também resultado dos esforços de Pelloutier, Pouget, Delesalle e Yvetot, todos libertários declarados. Um fato que, tanto mais no caso da França, pela ampla aceitação na época, permitia a “estigmatização” da corrente majoritária da CGT francesa pelos guesdistas e reformistas, quando estes valiam-se do epíteto “anarcossindicalista” para identificar os adeptos do sindicalismo revolucionário. Todavia, o sindicalismo revolucionário francês, de resto, importante difusor desta orientação sindical para vários países, era um tanto mais sóbrio nas opções políticas e, menos ainda, reivindicava o finalismo anarquista.

Sobre como realizar tal desígnio, entende a Conferência de Valência que:

Resolve-se propagá-lo e que os grupos, suas federações e o CN convidem à organização sindical e ao Comitê da CNT acelebrarem plenárias e assembleias locais, de comarcas e regionais de ambas as organizações, propondo a organização de sindicatos no movimento anarquista e um enlace com a organização de grupos sem se confundirem ou perderem as suas características, formando federações gerais que sejam a expressão desse amplo movimento anarquista, com seus conselhos gerais, integrados por representantes dos sindicatos e dos grupos, cujos conselhos se dividem em Comissões de Educação, Propaganda, Agitação e dos demais problemas que interessem igualmente a ambas as organizações (CASAS, 2002, p.120).

Os anarquistas postulam a preservação da autonomia orgânica dos dois tipos de grupos. Por tal motivo, prescrevem, no caso dos grupos específicos anarquistas, o método do consenso e a exaustiva busca da unanimidade. Os mesmos anarquistas, dentro dos sindicatos, deveriam aceitar os critérios de maioria, estabelecida por voto, em caso de necessidade. Em não raras oportunidades, mesmo nos debates dentro da Conferência de Valência, os anarquistas preferiam recuar em seus pontos de doutrina para compatibilizar as imposições da realidade material sindical. Seguindo tal procedimento teriam acabado, na prática, efetivando a lógica de “responsabilidade coletiva”, sem negar o indivíduo e o grupo, mas, muito diversamente, reforçando-os na relação estabelecida (CASAS, 2002, p.125).

Ainda sobre a herança do século XIX, do “aliancismo bakuninista”, a perspectiva da Aliança

da Democracia Socialista é aqui redimensionada, por força de um novo contexto. Aos grupos específicos anarquistas, caberia realizar algo para além do simples compartilhamento dos espaços social e político. A proposta é a da fusão de organismos, ainda que preservadas as identidades, extrapolando a dimensão das mutualidades proudhonianas, ainda que para a evidência “Da Capacidade Política das Classes Operárias”⁷. Na mesma razão se subverte parcialmente a intenção original da Aliança, ainda que seja reivindicada sua herança, uma vez que esta pretendia atuar dentro da Internacional como elemento aglutinador, inspirador e dinamizador. Não era seu propósito, pelo menos, não alegadamente, a criação e a formalização de pares com as organizações operárias de base. Em conformidade com tal aspecto, no nosso juízo de enorme relevância, longe de negarem as tradições bakuninista e proudhoniana, os operários anarquistas ibéricos as aprofundaram e radicalizaram. Talvez resida aí a grande originalidade da experiência colocada em curso pela Conferência de Valência.

Em suma, a recém-fundada FAI vai se configurar da seguinte forma:

(...) os grupos tinham uma estruturação clássica tomando como base o federalismo. Os grupos de uma localidade ou de uma comarca se acham federados entre si e constituíam a federação local de comarca. A Federação local ou de comarca estava, por sua vez, em contato com C. regional. O Comitê e os comitês regionais se acham em contato com o Comitê Peninsular. Este organismo era uma espécie de comissão de relações, que carecia de

⁷ Referência à obra de Proudhon, publicada postumamente, em 1865.

atribuições para deliberar, por ele próprio, sobre qualquer acordo, uma faculdade que correspondia à base orgânica (CASAS, 2002, p.125).

Formarão a FAI as seguintes organizações: União Anarquista Portuguesa, Federação Nacional de Grupos Anarquistas da Espanha e Federação de Grupos Anarquistas de língua espanhola, na França. Todos articulados no Comitê Peninsular, que devia periodicamente circular entre os países-membros. A primeira cidade a sediar o CP é, então, Sevilha.

Com o fim da ditadura de Primo de Rivera (1923-1930) e da Monarquia de Alfonso XIII (1931), sobrevém a Segunda República na Espanha. Nesse contexto de certa euforia democrática, a CNT realiza o seu Congresso de Madri. Depois de cerca de 12 anos de muitos sobressaltos e clandestinidade, o congresso confederal deliberará sobre as federações nacionais de indústria, campanha salarial, reorganização, propaganda, questão camponesa, luta contra o desemprego, salário mínimo, periódico da CNT, sobre o Parlamento e projetos a serem apresentados à Associação Internacional dos Trabalhadores. O anarquista alemão Rudolf Rocker, presente ao evento, faz longa saudação ao congresso em nome da AIT. Entre os pontos de pauta, aparece ainda a relação da CNT com a FAI, assunto que permaneceria inconcluso (EDICIONES CNT, 1977, p.95).

O congresso, bastante representativo, parece comprovar a continuidade da CNT depois de longo período de repressão. São 418 delegações, com 511 delegados presentes. Envia suas adesões militantes e organizações de Estocolmo, anarquistas emigrados de Paris, da Holanda e de Berlin. Do campo sindicalista revolucionário, reafirmam a afinidade de

método: a CGT, de Portugal (naquele momento, clandestina); a FAUD, da Alemanha; e a ACAT, da América Latina. Protestam sua adesão ao congresso alguns anarquistas de prestígio internacional, como Emma Goldman e Alexandre Berkman.

Mas foi o Congresso de Zaragoza, de maio de 1936, um dos mais importantes por força da definição e atualização do conceito de “comunismo libertário” (RICHARDS, 1977, p.22). Na ocasião, a CNT registrava quase um milhão de filiados (na verdade 850.000). Em Zaragoza, serão debatidas as conjunturas revolucionárias de 1933 e 1934, suas contribuições e limites verificados no contexto da luta social. No que se referia à ação sindical e de conjuntura, os pontos tratados foram o desemprego, a Reforma Agrária e a situação político-militar.

Sobre a “Aliança Operária Revolucionária”, o congresso decide por insistir na unidade com a UGT, desde que esta, por força dos últimos tempos, abdique de sua tática de colaboração política e parlamentar, em favor da revolução social. O acordo previa inclusive a criação de “Comitês Nacionais de Enlace” e o estabelecimento de condições para a aceitação de um acordo definitivo a ser debatido pelas bases sindicais das duas centrais.

Contudo, a parte mais densa do congresso ficaria mesmo com a discussão do “comunismo libertário” e seu programa de estruturação econômica da sociedade, no processo pós-revolucionário. No geral, o projeto identifica e situa o indivíduo, na comuna, e a comuna, na federação. Uma estrutura que serviria de pedra angular à nova sociedade. O “princípio anárquico do livre acordo” é invocado como fórmula de regulação das relações e manutenção permanente do “pacto” (EDICIONES CNT, 1977, p.158). O texto do programa prevê,

todavia, modificações necessárias a serem apontadas pela “necessidade e experiência”.

O longo programa comunista libertário pode ser mais esquematicamente entendido a partir dos seguintes pontos:

Sobre o “conceito construtivo da Revolução”, o programa esclarece que:

Em consequência, cremos que a revolução deve cimentar-se sobre princípios sociais e éticos do comunismo libertário. Que são:

Primeiro - Dar a cada ser humano o que exija as suas necessidades, sem que na satisfação das mesmas exista outra limitação que não às impostas pelas possibilidades da economia.

Segundo –Solicitar de cada ser humano o emprego máximo de seus esforços a favor das necessidades da sociedade, tendo em conta as condições físicas e morais de cada indivíduo (EDICIONES CNT,1977, p.158).

No item que trata da “organização da nova sociedade depois do ato revolucionário”:

Terminado o aspecto violento da revolução, se declararão abolidos: a propriedade privada, o Estado, o princípio da autoridade e, por conseguinte, as classes que dividem os homens em exploradores e explorados, oprimidos e opressores. (...)

Desde logo, é preciso criar já, desde agora, a ideia de que os primeiros tempos da revolução não serão fáceis e que será preciso que cada homem faça o máximo de esforço e consuma somente o que permitam as possibilidades da produção. Todo período construtivo exige sacrifício e aceitação individual e coletiva de esforços que tendam a superar as circunstâncias e a não criar dificuldades à obra reconstrutora da sociedade que, de comum acordo, todos realizaremos. (EDICIONES CNT, p.158).

Sobre o “plano de organização dos produtores”:

Com base (no lugar do trabalho, no Sindicato, na Comuna, em todos os órgãos regulares da

nova sociedade), o produtor, o indivíduo como célula, como pedra angular de todas as criações sociais, econômicas e morais.

Como órgão de relação dentro da Comuna e no local de trabalho, o Conselho de oficina e de fábrica, pactuando com os demais centros de trabalho.

Como órgão de relação de Sindicato para Sindicato (associação de produtores), os Conselhos de Estatística e Produção, que se seguirão federando entre si até formar uma rede de relações constantes e estreitas entre todos os produtores da Confederação Ibérica. (...)

Tanto as Associações de Produtores Industriais como as Associações de Produtores Agrícolas se federarão nacionalmente – ainda que seja apenas a Espanha o país que haja realizado sua transformação social – se levados a esta disjuntiva pelo mesmo processo de trabalho a que se eduquem, e se estimarem conveniente para o mais frutífero desenvolvimento da Economia; e de forma idêntica se federarão, no mesmo sentido, aqueles serviços cuja característica propenda a ele para facilitar as relações lógicas e necessárias entre todas as Comunas Libertárias da Península.

Estimamos que com o tempo a nova sociedade conseguirá dotar cada Comuna de todos os elementos agrícolas e industriais preciosos à sua autonomia, de acordo com princípio biológico que afirma que é mais livre o homem – e neste caso a Comuna – que menos necessita dos demais (EDICIONES CNT, 1977, p.158).

No “funcionamento das Comunas Libertárias”:

Devemos assentar a expressão política da nossa revolução sobre a trilogia: O HOMEM, A COMUNA E A FEDERAÇÃO. (...)

A base desta administração será, por conseguinte, a Comuna. Estas Comunas serão autônomas e estarão federadas regional e nacionalmente para a realização dos objetivos de caráter geral. O direito de autonomia não excluirá o dever de cumprir os acordos de convivência coletiva, não compartilhados por

simples apreciações e que sejam aceitos no fundo.

Assim, pois, uma Comuna de consumidores sem limitação voluntária, se comprometerá a acatar aquelas normas de caráter geral que depois da livre discussão hajam sido acordadas por maioria (EDICIONES CNT, 1977, p.158).

Da “relação e intercâmbio de produtos”:

Como já havíamos dito, nossa organização é do tipo federalista e assegura a liberdade do indivíduo dentro da agrupação e da Comuna, e das Comunas dentro das Federações, e a destas nas Confederações. (...) Nos assuntos de caráter regional, será a Federação Regional que põe em prática os acordos, e estes representaram a vontade soberana de todos os habitantes da região, pois começou no indivíduo, passou depois à Comuna, e desta à Federação e por último à Confederação (EDICIONES CNT, 1977, p.158).

Dos “deveres do indivíduo para com a coletividade e o conceito de justiça distributiva”:

O Comunismo Libertário é incompatível com todo o regime de penas, fato que implica no desaparecimento do atual sistema de justiça correcional e, portanto, os instrumentos de castigo (cárceres, presídios, etc). (...)

O Comunismo Libertário assentará, pois, sua “ação penal” sobre a Medicina e a Pedagogia, únicos preventivos aos quais a ciência moderna reconhece direito (EDICIONES CNT, 1977, p.168).

Das “relações sexuais e de família”:

O Comunismo Libertário proclama o amor livre, sem outro regulamento que a vontade do homem e da mulher, garantindo aos filhos a salvaguarda da coletividade e salvando a esta das aberrações humanas pela aplicação dos princípios biológico-eugênicos (EDICIONES CNT, 1977, p.169).

Sobre a “questão religiosa”:

A religião, manifestação puramente subjetiva do ser humano será reconhecida enquanto permaneça relegada ao sagrado da consciência individual, mas em nenhum caso poderá ser considerada como forma de ostentação pública nem de coação moral, nem individual (EDICIONES CNT, 1977, p.170).

Sobre a “pedagogia, a arte, a ciência e a livre experimentação”:

Restituir a riqueza material e a cultura são os objetivos básicos de nossa revolução. Como? Expropriando o capitalismo no material, repartindo a cultura entre os carentes dela, na moral.

Nosso labor pedagógico deverá dividir-se, portanto, em dois momentos. Temos uma obra pedagógica a realizar imediatamente depois da revolução social, e uma obra geral humana dentro já da nova sociedade criada. O imediato será organizar entre a população analfabeta uma cultura elementar, consistente, por exemplo, ao ensinar a ler, a escrever, contabilidade, fisiocultura, higiene, processo histórico da evolução e da revolução, teoria da inexistência de Deus, etc. Esta obra pode ser realizada por um grande número de jovens cultos, os quais devem levar a cabo, prestando com issoum serviço voluntário à cultura, durante um ou dois anos, devidamente controlados e orientados pela Federação Nacional de Ensino, a qual, imediatamente depois de proclamar-se o Comunismo Libertário, se tornará organizadora dos centros docentes, aquilatando o valor do professorado profissional e do voluntário. (...)

O ensino, como missão pedagógica disposta a educar a uma Humanidade Nova, será livre, científico e igual para os dois sexos, dotado de todos os elementos necessários para exercitar-se em qualquer ramo de atividade produtora e do saber humano. Para a higiene e a puericultura será encontrado um lugar de preferência para educar a mãe desde a escola. Dessa forma se dedicará principal atenção a educação sexual, base da superação da espécie (EDICIONES CNT, 1977,p.171).

No que tange à defesa da Revolução, o programa sublinha que:

O Povo armado será a maior garantia contra todo intento de restauração do regime destruído por esforços do interior e do exterior. Existem milhares de trabalhadores que passaram por quartéis e conhecem a técnica militar moderna. Que cada Comuna tenha seus armamentos e elementos de defesa, já que até consolidar definitivamente a revolução estes não serão destruídos para convertê-los em instrumentos de trabalho. Recomendamos a necessidade da conservação de aviões, tanques, caminhões blindados, metralhadoras e canhões antiaéreos, pois é no ar onde reside o verdadeiro perigo de invasão estrangeira (EDICIONES CNT, 1977, p.174).

A Revolução Espanhola irromperá em 19 de julho de 1936, poucos meses após o Congresso de Zaragoza. O projeto alicerçado no Comunismo Libertário passou, a partir daí, a ser a principal orientação dos “cenetistas” e dos “faístas” presentes nas milícias e colunas armadas, nos comitês de defesa da CNT (GUILLAMÓN, *passim*) e na coletivização dos campos e das fábricas. Na mesma medida, foram colocadas em prática experiências pedagógicas e de comportamento social. Ao federalismo coube a tarefa de dar coesão mínima a toda essa profusão de iniciativas plasmadas pela luta e realizadas por um sem-número de grupos de afinidades enfeixados pela FAI. Mas não apenas eles, ainda mais se criou por força da tradição comunal camponesa e operária, ainda muito anterior, como aqui foi observado, a criação do órgão específico anarquista ibérico.

A resistência ao golpe das forças de Francisco Franco encontrou na CNT-FAI uma obstinada aliada e, em certas partes da Espanha, a mais estruturada força operário-camponesa em *Revista Território Autônomo* | n° 3 | Primavera de 2016

permanente movimento de confronto e de autoinstituição⁸ da nova sociedade. Tradição e revolução se complementaram nesses dias. O federalismo permitiu às forças locais que realizassem, com criatividade e de forma original, a obra de emancipação tão meticulosamente planejada desde o século anterior.

Referências bibliográficas

BERTHIER, René. *Do Federalismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.

BUENACASA, Manuel. *El movimiento obrero español 1886-1926*. Gijón: Ediciones Júcar, 1977.

CASAS, Juan Gómez. *Historia de la FAI*. Madrid: FAL, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. *As Encruzilhadas do Labirinto, III: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Uma Sociedade à Deriva: entrevistas e debates, 1974 – 1997*. Aparecida, SP: Idéias& Letras, 2006.

GARRIDO, Fernando. *La Federación y el Socialismo*. Barcelona: Editorial Mateu s.a., 1970.

GUILLAMÓN, Agustín. *Los Comitês de Defensa de la CNT em Barcelona (1933-1938)*. Barcelona: Aldarull, 2011.

⁸ Tomando como base a Revolução Francesa e insistindo na tese da ação coletiva da sociedade, escreve Cornelius Casroriadis: “O imaginário do Estado limita o trabalho de autoinstituição da Revolução Francesa. Limita também, em seguida, o comportamento efetivo dos movimentos revolucionários (com exceção do anarquismo). Faz com que a ideia de revolução se identifique com a ideia de que é preciso e basta apoderar-se do Estado para transformar a sociedade (a tomada do Palácio de Inverno, etc.). Mistura-se com outra significação imaginária cardeal dos tempos modernos, a nação, encontrando aí uma fonte onipotente de mobilização efetiva; torna-se a encarnação da nação, Estado-nação.” (CASTORIADIS, 2006, p. 174.).

JUNCO, José Álvarez. *La ideología política del anarquismo español (1868-1910)*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores s.a., 1991.

LEHNING, Arthur. *La Naissance de L'Association Internationale des Travailleurs de Berlin (du syndicalisme révolutionnaire à l'anarchosyndicalisme)*. Paris: Éditions CNT Région Parisienne, 2000.

LÓPEZ, Ángel Herrérin. *Anarquía, Dinamita y Revolución Social: violencia y represión en la España de entre siglos (1868-1909)*. Madrid: Catarata, 2011.

LORENZO, Anselmo. *El Proletariado Militante – memorias de un internacional*. Toulouse, C.N.T. en Francia, 1946.

MADRID, Francisco e VENZA, Cláudio. (orgs.). *Antología documental de anarquismo español*. Vol. I. Madrid: FAL, 2001.

MONTSENY, Federica. *Anselmo Lorenzo*. Toulouse: Ediciones “Espoir”, 1970.

MOTES, Jorge Maluquer de. Apresentação. In: GARRIDO, Fernando. *La Federación y el Socialismo*. Barcelona: Editorial Mateu s.a., 1970.

PAZ, Abel. *Los Internacionales en la Región Española 1868-1872*. Barcelona: EA, 1992.

PI Y ARSUAGA, Joaquim. Don Francisco Pi y Margall: noticias de su vida y escritos. In: PI Y MRGALL, Francisco. *Nacionalidades*. Barcelona: Hacer, 1981.

PI Y MRGALL, Francisco. *Nacionalidades*. Barcelona: Hacer, 1981.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Idée Générale de la Révolution au 19^{ème} siècle*. Paris: Édition du Groupe Fresnes-Antony de la Fédération Anarchiste, 1979.

_____. *Apuntes Autobiográficos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

_____. *Do Princípio Federativo e da Necessidade de Reconstruir o Partido da Revolução*. Lisboa: Edições Colibri, 1996.

_____. *La Capacidad Política de la Clase Obrera*. Madrid: Voz de los sin voz, 2002.

RECLUS, Elías. *Impresiones de un viaje por España en tiempos de Revolución*. Madrid: Peitas de Calabaza ed., 2007.

RICHARDS, Vernon. *Enseñanzas de la Revolución Española*. Madrid: Campo Abierto Ediciones, 1977.

ROCKER, Rudolf. *Anarcosindicalismo: teoría y práctica*. Barcelona: Ediciones Picazo, 1978.

SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

TERMES, Josep. *Anarquismo y sindicalismo em España (1864-1881)*. Barcelona: Crítica, 2000.

Documentos

Congressos Anarcosindicalistas em Espanha 1870-1836. Toulouse: Ediciones C.N.T., 1977.